Carta a todos os intervenientes e interessados nas questões do álcool e da alcoologia:

Ciclos temáticos de Formação em Alcoologia

27 setembro

"A adição ao alcool e a oncologia"

25 outubro

"Imputabilidade e inimputabilidade no doente com PLA's"

15 novembro

"Direitos e deveres dos doentes: questões éticas"

A Unidade de Alcoologia de Coimbra (UAC) do DICAD/ARS Centro, IP expõe o projecto "Ciclos Temáticos de Formação em Alcoologia", através do qual pretende promover o debate técnico entre as diferentes áreas do saber e distintas entidades que concorrem directa ou indirectamente para o processo de prevenção, tratamento/reabilitação e reinserção de pessoas com problemas ligados ao consumo nocivo de álcool.

O modo tradicional de fazer formação assume habitualmente a forma de Cursos ou Congressos. A UAC propõe uma formação dilatada no tempo, constituída por acções mensais, com duração de 3 a 4 h cada, num formato de conferência ou workshop, seguido de debate.

Os interessados participarão nas sessões em que se inscrevam e que melhor correspondam, em termos formativos, às suas necessidades específicas. Estão planeadas 3 sessões para o ano de 2016 e 11 para 2017, as quais terão lugar no Auditório da Unidade de Alcoologia de Coimbra, sita nas instalações do antigo Centro Hospitalar Psiquiátrico do Sobral Cid.

Propomos para cada acção um tema de reconhecido interesse, um palestrante de sólida qualidade científica, seguida de uma

hora de debate com esse mesmo palestrante, que permitirá colocar dúvidas, esclarecer conceitos e discutir aspectos práticos rentabilizando a presença de especialistas nas várias matérias. A este debate segue-se um espaço, em que os vários técnicos de saúde, os vários profissionais, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e outros, poderão colocar à discussão com a equipa da UAC casos clínicos, aspectos práticos relativos à orientação de utentes dos seus ficheiros, formas de fazer em que podemos trocar experiência e conhecimento e efectivamente praticar, no sentido real, uma verdadeira e eficaz articulação.

A primeira sessão que propomos, em 27 de Setembro de 2016, tem como tema "A adição ao álcool e a oncologia". Conversando com o palestrante contactado, o Dr. Nuno Bonito, reconhecido médico oncologista do I. P. O. Coimbra, EPE e membro da Sociedade Portuguesa de Oncologia, apercebemonos de várias coisas. Primeiro, que quando se fala de álcool e cancro, e quer se trate de prevenção quer se trate de tratamento, isso significa falar de estilos de vida, da intervenção de múltiplos factores como o tabaco e os vírus, da importância de algumas vacinações, e da importância determinante de uma visão integrada dos profissionais de Saúde sobre todos os aspectos que se conjugam e nos quais é preciso intervir articuladamente, para prevenir e para tratar. A formação nesta área tem também um outro significado importantíssimo. As terapêuticas em Oncologia são muitas vezes muito dispendiosas e os efeitos secundários do tratamento são frequentemente muito penosos. O que acontece com pessoas dependentes de álcool é que, se não for possível tratar simultaneamente as duas doenças, a adesão dos doentes ao tratamento oncológico é deficiente, muitas vezes este tratamento termina em insucesso, os efeitos secundários são muito mais graves, e acaba por haver um enorme desperdício quer dos esforços, quer até dos encargos económicos.

Se os profissionais dos CSP, os profissionais da alcoologia e os profissionais do IPO puderem articular eficazmente, estaremos a maximizar a possibilidade de sucesso de terapias caras e difíceis, através de algo tão simples como desenvolver uma melhor comunicação, uma intervenção sinérgica e uma resposta atempada e eficaz aos vários problemas de saúde que se conjugam para agravar duas situações simultâneas de doença.

Na segunda actividade formativa, programada para 25 de Outubro de 2016, poderemos contar com um especialista em questões forenses, que abordará aspectos ligados à relação do álcool e a inimputabilidadeno indivíduo com PLAs". Um dependente de álcool que comete actos ilícitos é autor de violência? Que grau de responsabilidade tem? Em que medida, o facto de estar sob efeito de uma substância que altera o comportamento, o torna mais ou menos responsável? Em que medida é que, a partir do momento em que está informado de que sob efeito de álcool é capaz de cometer determinados actos, o simples facto de beber o torna mais ou menos culpabilizável? Ou seja, quando é que o álcool é um factor agravante e quando há responsabilidade diminuída? Sabendo nós, por outro lado, que a dependência é exactamente a incapacidade de parar o consumo, mesmo com a consciência dos prejuízos que causa a nível individual, da saúde, familiar, laboral e social, como é que isso se relaciona com a responsabilidade do doente? Um doente é ou não mais responsável quando recusa ajuda para se tratar? Em que medida é que um melhor conhecimento deste tipo de questões pode melhorar a intervenção, quer a nível da Saúde quer a nível Jurídico-penal?

Multiplicam-se intervenções da área da reinserção social, dos CSP, das CPCJ, de núcleos disto e daquilo, dos tribunais, da unidade de alcoologia, da psiquiatria, sem comunicação eficaz entre os técnicos de cada entidade, com enorme desperdício de tempo e eficácia. O encontro entre profissionais é uma excelente forma de optimizar futuros contactos.

O terceiro tema já agendado, reporta a "Direitos e Deveres dos doentes - Questões éticas", e para ele contamos com a disponibilidade do Director do Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, e membro da Comissão Ética para a Investigação Clínica, Prof. Doutor André Dias Pereira.

Para além da óbvia relevância do tema poderemos, de novo, discutir questões práticas. Os profissionais de saúde são constantemente confrontados com pedidos de informação clínica de Tribunais, CPCJ, DGRSP, núcleos de investigação criminal, segurança social e tantos outros. Em que medida, ou até que ponto, ou em que circunstâncias, o dever de colaboração põe em causa o inalienável direito à confidencialidade e à privacidade? Quando é que estamos a violar esse direito? E quem determina qual é o interesse maior? Quando uma companhia de seguros ou um advogado nos pedem informações, asseguramo-nos sempre de que estamos a respeitar os direitos dos doentes? Quem é o proprietário do processo clínico? Quando tratamos um doente que tem uma doença sexualmente transmissível e ele não quer que o seu cônjuge saiba, como devemos proceder?

O simples conhecimento de códigos deontológicos das várias áreas profissionais não é suficiente para responder às solicitações do dia-a-dia. A possibilidade de melhorarmos a nossa formação nestes e outros aspectos, com especialistas nas várias matérias, de discutirmos questões práticas e de articularmos na resolução de casos e problemas, parece-nos uma forma extremamente enriquecedora de aumentar a qualidade das várias intervenções, de optimizar resultados e conjugar esforços.

Uma tarde por mês parece-nos ser o modo mais racional de o fazer. É um formato que não implica a ausência de dois ou três dias do local de trabalho, com implicações na redução de dificuldades inerentes para os utentes e para os serviços, facilitando, por outro lado, a participação activa de todos, fomentando a discussão de situações reais, aperfeiçoando respostas multidimensionais.

As redes de articulação desenham-se no papel mas implementam-se no terreno, no dia-a-dia, no conhecimento próximo dos profissionais sobre o funcionamento dos outros serviços, na comunicação eficaz, e isso só se obtém se nos conhecermos melhor, comunicarmos melhor, partilharmos “know-how” e tivermos mecanismos eficientes de complementaridade de intervenções.

As sessões serão dirigidas a formandos e profissionais das várias áreas de intervenção, desde a Saúde, os Tribunais, as Polícias, a Segurança Social, IPSS’s, Ordens e Associações Profissionais, Associações Científicas, Associações de doentes e todas as entidades que tenham interesse nesta área temática, em particular, de modo a podermos melhorar efectivamente o trabalho conjunto, para um mesmo objectivo.

Já nos foi manifestado o interesse de várias pessoas em se inscrever.

As inscrições são gratuitas, feitas online, bastando para o efeito aceder ao formulário de inscrição através ao Código QR que se encontra no final da página. Poder-se-á, de igual modo, efectivar inscrição através do envio de mail para o endereço uacoimbra.geral@gmail.com. Será recepcionado link para acesso online ao formulário.

A Equipa de Projecto

Alexandra Almeida, Ana Feijão, Maria José Corte-Real, Paulo Calado, Paulo Rosário